

**AFRICANIDADE E TERRITÓRIO NA INSCRIÇÃO (DA ESCRITA LITERÁRIA)
BRASILEIRA¹**

Heloisa Toller Gomes²

Resumo: Este texto examina como tem se dado o preenchimento simbólico do território brasileiro e enfoca, através da escrita literária, as ligações entre o território e as culturas africanas implantadas, desenvolvidas e transformadas em nosso país. Procurando mapear a geografia do imaginário na escrita – inseparável da questão identitária – aqui discutimos exemplos extraídos da literatura colonial, romântica, modernista e contemporânea; e destacamos como, em contraponto à expressão de ideologias racialistas autojustificadoras, hegemônicas durante todo o processo de colonização e visíveis nos mitos de fundação a serviço do estabelecimento do Estado-nação, a expressão literária afrobrasileira tem quebrado os paradigmas eurocêntricos em sua inscrição de africanidade e território.

Palavras-chave: Culturas africanas. Território. Expressão literária afrobrasileira. Colonialismo e pós-colonialismo

Abstract: This paper looks at the symbolic construction of the Brazilian territory and focuses on the relationships between territory and the African cultures implanted, developed and transformed in this country. As we try to expose the geography of the imaginary present in literary texts – a problematic inseparable from the identity issue – we discuss examples extracted from Colonial, Romantic, Modernist and Contemporary literature. In opposition to the expression of self-justifying racialist ideologies, hegemonic during the process of colonization and apparent in foundational myths at the service of the nation-state, the Afro-Brazilian literary expression has been able to break Eurocentric paradigms in its inscription of the African-Brazilian culture and territory.

Key-words: African cultures. Territory. Afro-Brazilian literary expression. Colonialism and postcolonialism.

¹ Mesa Redonda “Africanidades e Brasilidades: culturas e territorialidades”, no I Congresso Nacional de Africanidades e Brasilidades. Ensino, Pesquisa e Crítica. UFES, entre 26 a 29/06/2012. A Mesa foi composta também por Raquel Mombelli (UFSC), tendo como debatedor Osvaldo Martins (UFES).

² Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ). Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PACC-UFRJ), E-mail: htoller@terra.com.br.

Introdução

Minha América, minha terra à vista
Reino de paz se um homem só a conquista
Minha mina preciosa, meu império
Feliz de quem penetre o teu mistério
John Donne, “Elegia: Indo para o leito”
Trad. Augusto de Campos

Nesta época em que se fala em “compressão do tempo-espço”, é mais do que oportuno discutirmos a questão das culturas associadas à territorialidade. No caso presente, enfocaremos as entranhadas ligações entre o território brasileiro e as culturas africanas conforme trazidas, traduzidas e desenvolvidas em nosso país. Na discussão que agora encaminho busco verificar, com a ajuda de exemplos textuais, como tem se fundido essa matriz de três faces – tempo, espaço, cultura – através da escrita, predominantemente a literária, no preenchimento do território brasileiro.

É importante considerar de onde se fala aquilo que se fala. Pessoalmente, eu falo a partir da perspectiva da literatura, minha área de formação básica. Assim, mesmo quando trato de casos textuais de diversos domínios, a vivência dos estudos literários inevitavelmente permeia a visão que posso ter do material abordado.

É importante lembrar que na academia nacional e internacional, nas últimas seis décadas, os estudos literários vêm descartando o isolamento das óticas essencialistas (a célebre torre de marfim das *belles lettres*), sendo crescentemente estimulados, através da interdisciplinaridade no campo das humanidades, a partilhar e a compartilhar os saberes. Assim, os diferentes discursos se cruzam e auxiliam mutuamente, participando todos nós, seus usuários, criadores e estudiosos, das construções discursivas e de seu entendimento.

De acordo com Walter Mignolo, e através do que ele chama de “pensamento liminar”, isto é “o pensamento situado entre as ciências humanas e a literatura”, a prática literária é concebida como “produção de conhecimento teórico”, como “reflexão à sua própria moda sobre problemas de interesse humano e histórico”. Tudo isto inclui o aspecto da língua, aqui, não em termos de sua gramática ou fonologia, mas em termos da *política da língua* (MIGNOLO, 2003, p.305). É neste ângulo crítico que se situa a investigação que procuro desenvolver.

Meu objetivo é discutir como, no Brasil, o território tem impregnado a escrita e como a escrita tem embebido o território. E como, a partir dessa mescla, desse entretecer (ou “entretender”, diria João Cabral de Melo Neto), os lugares vão sendo construídos – à medida que espelhados, deformados e representados no imaginário que a literatura expressa. Temos, aqui, um movimento pendular, pois o imaginário “con-forma” e “con-figura” as noções de lugar e território – sempre vice-versa.

Falamos, assim, da geografia do imaginário na escrita – inseparável da questão identitária, uma vez que o lugar é o teatro da identidade, segundo o geógrafo brasileiro Milton Santos. O trabalho com território e cultura mostra que o território, tanto o geográfico quanto o simbólico, é o cenário em que se desenvolvem táticas e estratégias criativas de sobrevivência e de reinvenção identitária – não só o lócus, mas também o palco de ações reveladoras.

O lugar é uma parte do território (continuamos seguindo o pensamento de Milton Santos). O território acaba sendo uma agregação de lugares, e essa agregação é definida diferentemente segundo o momento histórico, e também segundo quem o define – o antropólogo, o cientista político, o homem público, o poeta, o trabalhador do campo, têm visões particulares de território. Os lugares obrigam os homens a intercâmbios. Eles são singulares, mas também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual constituem formas particulares. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diferenciados. (SANTOS, 2007, p.163-164). Procuro, sempre tendo em mente a questão da territorialidade, refletir a respeito de como o nosso país tem vivido e inscrito a africanidade aqui implantada à força e perseverada a duras penas, na inter-relação com veios socioculturais diversos.

A pergunta decorrente é: o que a presença escrita do território diz sobre o nosso imaginário e, nele, sobre a intervenção cultural africana e afrodescendente? Ou, por outro ângulo: de que modo a intervenção cultural africana e afrodescendente, atuando sobre o imaginário e se expressando na literatura, inscreve e molda o território?

Buscando elaborar estas indagações, utilizo o tecido textual da cultura brasileira como um vastíssimo, infundável tapete de muitos fios onde teceremos, tentativamente, uma cartografia do imaginário – destacando, nesse tapete, o traçado cultural da africanidade. Cruzaremos diversas épocas e modalidades discursivas. Com algumas pinceladas – necessariamente breves, dado o tempo disponível – efetuaremos um trajeto balizado por marcadores pertinentes. Tais marcadores serão extraídos da literatura colonial;

da literatura romântica; da literatura modernista e da literatura contemporânea, entre a segunda metade do século XX e a década inicial deste XXI.

Território e Passagens

Foi no modernismo, nas palavras de Silviano Santiago, que o Brasil se abrigou. Os escritores brasileiros finalmente arregaçaram as mangas e puseram a “mão na massa”, buscando a libertação das amarras eurocêtricas para entender e expressar o Brasil real – o que foi conseguido até certo ponto. Em contrapelo ao império das idealizações e estereótipos tanto sobre a terra quanto sobre os que a habitavam, o modernista Oswald de Andrade voltou-se para o discurso colonial na descrição do território. Isto nos será ilustrativo, no trabalho que se segue. Não estaremos aqui, portanto, recorrendo diretamente ao discurso colonial, mas, a seu mediador, Oswald de Andrade.

Já desde a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, lembremos, a terra se apresentava aos primeiros cronistas e historiadores, se não como um paraíso terreal, como um lugar de inocência, paz e fartura. Isto é corroborado pela visão do religioso franciscano Frei Vicente do Salvador (1567-1636), em sua *História do Brasil*, de 1627, que nos é assim trazida por Oswald de Andrade no fragmento poético “paisagem”: “Cultivam-se palmares de cocos grandes/ Principalmente à vista do mar” (ANDRADE, 1972, p.24).

Como um ardiloso (e traiçoeiro) ventríloquo poético e graças a uma apurada técnica de montagem, Oswald de Andrade expõe e reconstrói, à medida que desconstrói, o material de que se serve. Com essa estratégia – que nos diz algo sobre o território, porém, mais ainda, sobre quem o descreve e avalia, ele capta e parodia o encanto da visão idílica ressaltando também e notadamente, conforme veremos, o cunho hierárquico e utilitário que marcaria a presença do conquistador/colonizador português.

O fragmento que se segue ao citado acima, “as aves” (continuamos a observar a insólita “parceria” Frei Vicente, Oswald de Andrade) é ilustrativo da visão laudatória do território já assinalando, neste, o selo europeu:

Há águias de sertão

E emas tão grandes como as de África

Umas brancas e outras malhadas de negro
Que com uma asa levantada ao alto
Ao modo de vela latina
Correm com o vento (ANDRADE, 1972, p.24).

A referência à África, por enquanto (sempre em nosso “tapete textual”), espelha pura natureza, sendo o continente africano evocado apenas, e de passagem, a propósito de majestosas aves. Por outro lado, a conquista é metonimicamente aludida em seu dinamismo navegador, na “vela” que se justapõe ao vôo das águias e à agilidade das emas: “Ao modo de vela latina/ Corre[ndo] com o vento”.

Examinaremos agora (sempre com o auxílio de Oswald) a inscrição nesse discurso da *visão utilitária*, necessária à organização das sociedades coloniais do Novo Mundo onde, a serviço do capitalismo mercantilista, a escravidão africana constituiria a mola mestra.

Oswald apropria-se, nesse sentido, da primeira História do Brasil, a *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* – obra em que o cronista português Gandavo (1540-1580) enfatiza as potencialidades da terra, graças à vastidão do território e aos recursos da natureza. Vejamos o fragmento “riquezas naturais”, assim trabalhado por Oswald:

Muitos metaes pepinos romans e figos
De muitas castas
Cidras limões e laranjas
Uma infinidade
Muitas cannas daçucré
Infinito algodam
Também há muito paobrasil
Nestas capitancias (ANDRADE, 1972, p.20).

O fragmento poético fala de “capitanias”, que bem podem agregar-se à lista dos grandes “Cs” da colonização: Conquista, Cristianismo, Comércio. Observe-se como se instaura a enumeração dos grandes ciclos da nossa história econômica na fase extrativista e de monocultura agrária, sustentadas pela mão-de-obra escrava: cana de açúcar, algodão, pau-brasil. E, através da menção aos “metais”, já ali se inscreve a cobiça do domínio mineral.

Mas literatura colonial (sendo Antonil uma interessante exceção) preferiu preterir o componente econômico, realçando como a Fé e o Império seriam rapidamente impostos naquele grande território inicialmente desabitado, a não ser pelos selvagens pagãos.

Durante o romantismo, Castro Alves também abordaria a época colonial em um poema que será outro fio a destacar em nosso tecido textual. O poeta baiano desfaz a visão idílica e laudatória da terra presente nos primórdios da civilização. Em seu poema “Jesuítas”, assim se descreve o território percorrido pelo heróico Anchieta:

[...] o deserto, o cardo, o espinho,
A pedra, a serpe do sertão maninho,
A fome, o frio, a dor
Os insetos, os rios, as lianas,
Chuvas, miasmas, setas e savanas
Horror e mais horror (ALVES, s/d, p.10).

Observemos que o romantismo brasileiro, embora na vigência da autonomia nacional, ainda se situa no bojo da visão eurocentrada que dominara a literatura colonial e que persiste, impávida, pelo oitocentismo a dentro. O poema de Castro Alves, voltando-se para o então já distante século XVI, evocava o território e o homem americano dos primórdios, o indígena, concentrados ambos em um só verso, na impressionante série de imagens “Chuvas, miasmas, setas e savanas” até que, quer o poema, aquele “Tupi Selvagem” fosse iluminado e redimido pelo cristianismo.

Em nosso tapete textual não se tratou, ainda, do grande fator indispensável à formação e consolidação da sociedade colonial e, depois, da monárquica: o trabalho escravo. Na verdade, o africano escravizado e seu labor foram inscritos no discurso do território sem que, por séculos, a escravidão fosse *problematizada* e seus protagonistas, os africanos e seus descendentes, ali se destacassem enquanto componentes da população brasileira. Mesmo na literatura abolicionista, quando foram abundantemente tematizados os sofrimentos dos escravos, muito raramente questionou-se o eixo eurocêntrico e racialista a nortear o pensamento das elites políticas e culturais.

A sociedade escravista no Novo Mundo nutriu-se, secularmente, de ideologias raciais autojustificadoras, sempre traduzidas em concepções e atitudes desfavoráveis diante dos

povos dominados – os ameríndios e os africanos escravizados. Se a estes e àqueles não se dava o direito à voz, seria porque nada tinham a dizer. Outros falariam por eles – contra, ou mesmo, eventualmente, a favor. A ausência discursiva do africano e do afro-brasileiro e o silenciamento de sua fala/escrita foram partes integrantes da estratégia mais ampla de exclusão e sujeição do negro na hierarquização étnica que regeu a civilização brasileira, dentro dos parâmetros ocidentais europeus e europeizados.

Autores afro-brasileiros encetaram, porém, um forte contradiscurso, na quebra do paradigma de exclusão. Assim, impuseram a própria voz à narração de territórios geográficos e simbólicos. O poeta afro-brasileiro Solano Trindade (1908-74), em *Cantares ao meu povo*, livro de 1961, escreveu a sua História do Brasil no poema intitulado “Sou negro”:

Sou negro
meus avós foram queimados
pelo sol da África
minh'alma recebeu o batismo dos tambores
atabaques, gonguês e agogôs

Contaram-me que meus avós
vieram de Loanda
como mercadoria de baixo preço
plantaram cana pro senhor do engenho novo
e fundaram o primeiro Maracatu

Depois meu avô brigou como um danado
nas terras de Zumbi
Era valente como quê
Na capoeira ou na faca
escreveu não leu
o pau comeu
Não foi um pai João
humilde e manso

Mesmo vovó
não foi de brincadeira
Na guerra dos Malés

ela se destacou

Na minh'alma ficou

o samba

o batuque

o bamboleio

e o desejo de libertação [...] (TRINDADE, 1997, p.123).

A poesia pioneira de Solano Trindade incorpora elementos das culturas negras, sempre destacando protagonistas diferentes daqueles realçados pela visão hegemônica: não mais os conquistadores, colonizadores, missionários e bandeirantes, porém, os africanos e seus descendentes, construindo a história e preenchendo o território. Observemos a trajetória do poema. Vistos como “coisas” pela escravidão (“vieram de Loanda/como mercadoria de baixo preço”), os antepassados africanos foram instrumentais na máquina escravista – “plantaram cana pro senhor do engenho novo”. E, não obstante, implantaram a sua própria cultura (“fundaram o primeiro Maracatu”), no território geográfico que o poema apropria e, simbolicamente, torna seu – as “terras de Zumbi”. Os atabaques, gonguês e agogôs do poema saúdam o homem do presente (“Sou negro” é o título do poema e o seu primeiro verso) ao passo que orquestram a trajetória do passado, desde a passagem da África ao Brasil, no redimensionamento do território.

Notamos como o deslumbramento da descoberta, por parte dos cronistas e historiadores iniciais, e seu avesso, o medo do desconhecido, evocado em retrospecto por Castro Alves, juntaram-se à visão utilitária, na consolidação da civilização escravista. E observamos a grande passagem, na dupla quebra do paradigma eurocêntrico – respectivamente, na retomada modernista de Oswald do discurso colonial e através de um dos iniciadores do cânone literário afro-brasileiro, Solano Trindade. Falaremos agora da nação constituída e de como, nela, foram se inscrevendo africanidade e território.

Território e Estado-Nação

O Estado-nação parte, tradicionalmente, do princípio segundo o qual a um Estado corresponde uma nação – um grupo humano que possui uma unidade cultural, linguística e

histórica, e que tem consciência dessa unidade. A idéia do Estado-nação se concretizou, sobretudo, a partir do século XVIII. No século XIX tornou-se um ideal, com o “movimento das nacionalidades” (que teve como objetivo fazer coincidir o Estado e a nação) e a noção de que os povos teriam o direito de dispor de si próprios, a partir de origens, tradições e interesses comuns. Critérios não problemáticos determinavam as relações entre língua nacional e história homogênea da nação.

Nesta nossa época em que passamos da internacionalização à globalização, a noção de território associada ao Estado-nação vem se revelando insuficiente, “sendo colocada sob suspeita por novas formas de se conceber as relações entre o homem e o espaço, criando outras modalidades de pertencimento” (CARRIZO e NORONHA, 2010, p.5). Os fortes elos entre língua, literatura e território, tidos como uma configuração neutra no século XIX, observa Walter Mignolo, “estão sendo constantemente desatados por transformações sociais e também por práticas culturais”. E ele enfatiza que, já a partir de 1970, as transformações sociais e históricas mostraram as limitações de tais critérios (MIGNOLO, 2003, p.320, 314).

Entretanto, o Estado-nação permanece uma unidade extremamente importante a estudar, adverte Milton Santos. Múltiplas heranças, muitas delas comportamentais, resultam da presença do Estado, e questões como a das classes sociais se ligam a uma arquitetura do Estado-nação (SANTOS, 2007, p.77).

Nossa história cultural, malgrado suas dissensões internas, tem sido orientada ao longo dos séculos por um eixo etnocêntrico. O Estado-nação brasileiro, a partir de seus proponentes (como, aliás, em todo o continente americano), se quis filho da Europa. Coluna dorsal do ideário imposto no mundo desenvolvido e em suas margens, a concepção da superioridade europeia desqualificou os outros legados culturais que, contra todas as forças adversas, alteraram indelevelmente o universo sociocultural colonial e pós-colonial, moldando a massa cultural tão única quanto caleidoscópica que é a brasileira. Nesse sentido, foram inferiorizados os segmentos populacionais não-brancos, não-europeus, das formas que conhecemos e cujo alcance e complexidade não cabe discutir neste momento. Nas estratégias de quem incluir e a quem excluir, a assimetria das línguas e respectivas expressões tornou-se inquestionável.

Como ilustração, cito o trabalho do historiador Stanley J. Stein a respeito das grandes fazendas de café no Vale do Paraíba – aqui, já na fase da decadência da economia escravista. Escreve Stein:

Os fazendeiros brasileiros que não conseguiam encontrar na natureza de sua economia de monocultura justificativas suficientes para a escravidão podiam apoiar-se em escritos de estrangeiros, residentes ou de passagem. Em 1839 os fazendeiros [de Vassouras] foram informados, por exemplo, de que o negro era ‘uma criança’, com o desenvolvimento mental de um homem branco, de quinze ou dezesseis anos (STEIN, 1976, p.132-133).

Assim funcionava o discurso escravista. Vejamos agora o seu avesso, ou seja, o comportamento discursivo daqueles que empenharam suas energias na extinção do regime escravista. Um dos mais brilhantes dentre eles foi o estadista Joaquim Nabuco.

A questão populacional associada ao território foi ocasião para o talento político de Joaquim Nabuco, no auge da campanha abolicionista. Assumidamente eurocêntrico, Nabuco soube, no entanto, valorizar o componente populacional africano e sua importância na formação da nacionalidade brasileira. Em sua obra-prima, *O abolicionismo* (1882-3), lê-se:

Em primeiro lugar, a parte da população nacional que descende de escravos é, pelo menos, tão numerosa como a parte que descende exclusivamente de senhores: a raça negra nos deu um povo. Em segundo lugar, o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu aos seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar (NABUCO, 1977, p.69).

Joaquim Nabuco enaltece o que chamou “doação da raça negra”, numa percepção lúcida do montante do trabalho negro no modo de produção da monocultura agrária escravista. Porém observe-se, nesse discurso, a ausência absoluta de qualquer referência à participação, ou contribuição, do negro na esfera cultural. Ademais, logo após fazer justiça à presença do “africano” na formação do país (“a raça negra nos deu um povo”, escreve), Nabuco se refere contraditoriamente, e quase que num deslize, ao negro como a alguém estranho, de fora, cujos “descendentes se misturam com o nosso povo”.

O teor do discurso de Nabuco deve ser contextualizado no espaço-tempo em que se inscreve, para que se apreenda a sua inegável grandeza. E a sua ideologia eurocêntrica seria indireta, porém, eloquentemente, contestada por autores e autoras do cânone afrodescendente que imprimiriam um cunho vigoroso não só à literatura, mas também a múltiplos domínios culturais, valorizando a marca cultural do negro e não apenas a sua força de trabalho.

Território: mitos de fundação e seu oposto

O romance *O guarani*, de José de Alencar, é exemplo precioso no estudo da ocupação literária do território – não como o discurso de Nabuco, que parte das condições que ele observou e pelas quais batalhou, na complexa consolidação do país como um Estado-nação liberal e moderno. Já em *O guarani*, com Alencar, estaremos no domínio dos mitos de fundação e de nacionalidade.

Mitos fundacionais são aqueles que apresentam um tom celebratório, buscando legitimar a narrativa do progresso como um projeto coletivo, hegemônico. Os mitos ocidentais de nação e de fundação confrontam o “Mesmo” – europeu, ou euro-americano – e o “Outro” – africano, afrodescendente, autóctone das regiões e continentes periféricos em relação aos poderes hegemônicos – situando-se no cruzamento de ordens populacionais que, quando não abertamente antagônicas, coexistem por meio de relações sociais fortemente tensionadas.

As narrativas míticas de lugar foram abundantes na literatura do primeiro século após a independência. Na maior parte dessas narrativas fundacionais, a natureza anuncia a abundância presente e a prosperidade vindoura, e a força que jorra dessa natureza pujante é tal que ela, por vezes, amesquinha e intimida os homens (GOMES, 2009, p.21-23). Isto se dá, notadamente, em *O guarani*.

José de Alencar publica o mais célebre de seus romances em 1857, mas, a ação remonta ao século XVI – precisamente, ao ano de 1593. *O Guarani* tem início com a descrição da casa de D. Antonio de Mariz, “fidalgo português de cota d'armas e um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro”. O narrador descreve D. Antonio: “Homem de valor, experimentado na guerra, ativo, afeito a combater os índios, prestou grandes serviços nas

descobertas e explorações do interior de Minas e Espírito Santo”. Logo em seguida, juntando caracterização e território, Alencar dá voz a seu personagem, que proclama:

– Aqui sou português! Aqui pode respirar à vontade um coração leal, que nunca desmentiu a fé do juramento. Nesta terra que me foi dada pelo meu rei, e conquistada pelo meu braço, nesta terra livre, tu reinarás, Portugal, como viverás n’alma de teus filhos. Eu o juro!

Seguindo-se ao juramento, o narrador se refere ao entorno. D. Antonio, então,

[...] curvou o joelho em terra, e estendeu a mão direita sobre o abismo, cujos ecos adormecidos repetiram ao longe a última frase do juramento prestado sobre o altar da natureza, em face do sol que transmontava (ALENCAR, s/d, p.11,12,13 - grifos meus).

A maior parte dos mitos fundacionais enfatiza a amplidão dos espaços – cenários vazios à espera do gesto colonizador, civilizatório, que organizasse a natureza preparando-a para a cultura. Os “ecos adormecidos” do “abismo”, na passagem acima, sinalizam essa disponibilidade.

A natureza e a ocupação do território (em *O guarani*, o interior do Rio de Janeiro, junto ao rio Paqueta) são, pois, filtrados pelo olhar cultural europeizado. Mesmo que apresentado como “terra livre”, o território é ali inscrito, ou transcrito, na domesticação ficcional do diferente.

O vazio do território e a disponibilidade do espaço surgem também com clareza em um texto não-ficcional de Alencar, “Como e por quê sou romancista”:

[...] o modelo para mim ainda hoje é Chateaubriand; mas o mestre que eu tive, foi esta esplêndida natureza que me envolve, e particularmente a magnificência dos desertos que eu perlustrei ao entrar na adolescência e foram o pórtico majestoso por onde minh’alma penetrou no passado de sua pátria (ALENCAR, 1988, p.20 - grifos meus).

O negro não teve qualquer participação nos mitos fundacionais, nem como sujeito nem como objeto do discurso. Era difícil, se não impossível, glorificar a instituição escravista. E foi realmente impossível, ao menos até a abolição, desassociar o negro da escravidão³.

Os autores afro-brasileiros, muitas vezes através da paródia, outras vezes no discurso candente de denúncia ou por meio de estratégias mais oblíquas oferecidas pelo discurso da ironia ou dissimulação, responderiam à história eurocentrada e aos mitos fundacionais na retomada de sua própria história e na expansão da própria voz, enfatizando os percalços do presente e apontando para o futuro. Muitas vezes, também, remontando aos primórdios do Brasil colonial para a partir daí imprimir a sua narração da ocupação territorial. Nesse sentido, é emblemático o poema “Cristóvão-Quilombos”, do poeta mineiro Jamu Minka (identidade afro-literária de José Carlos de Andrade, nascido em 1946):

Fez-se a ganância
diabólicos destinos de um caminho sem volta
espíritos e corpos armados nascem do imenso ventre das
águas fantásticas
o outro lado do mundo possível
Terrágua uma bola de vida no cosmo
1492, Colombo!

Naus enormes, engenhocas inéditas – a roda, arma de fogo –
múltiplos poderes desconhecidos
homens-deuses barbados, brancos, loiros e ruivos
e seus olhos coloridos de cobiça

Piratas no paraíso
Europa rouba tudo
ouro e prata, milho, batata
cana e canga em corpos de América e África

Pós impacto do primeiro engano
– a visita era conquista e seus horrores –
deuses invadidos trovejam tambores

³ Problematizo a questão da limitada presença do (tema do) negro na literatura oitocentista brasileira no meu *O negro e o romantismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Atual Editora, 1988.

e cospem flechas de rebeldia

Depois de Colombo e sua maldita herança
– calombos e mutilações em milhões de corpos –
Quilombos por toda parte (MINKA, 2011, p.236).

Em seu tom de solenidade com ressonâncias do *Gênesis* bíblico (“Fez-se a ganância”), o poema de Minka desconstrói a história tradicional que relata o heroísmo de uma determinada ocupação do território, com as suas consequências tidas como inevitáveis em um percurso geográfico e simbólico privilegiado. “Cristóvão-Quilombos” realiza um outro traçado histórico com os mesmos personagens, porém altera radicalmente as respectivas posições em um inovador trabalho com a linguagem, no qual se destaca o provocativo título que exhibe.

O discurso marginal, no qual a vertente afro-brasileira tem tido participação decisiva em sua afirmação própria e no crescente reconhecimento no corpus literário e cultural do país, mostra-se assim capaz de engendrar fortes positivities antidiscursivas frente ao discurso hegemônico. Essa escrita, ao veicular uma incisiva crítica social, produz novas territorialidades no sentido de desestabilizar os parâmetros temporais e espaciais eurocentrados, explorando possibilidades inéditas de criação e reflexão.

Encerramos esta etapa da discussão sobre a ocupação discursiva do território brasileiro com a voz poética de uma mulher negra contemporânea. O poema “Cantiga”, de Célia Aparecida Pereira (pseudônimo literário Celinha) ilustra a versatilidade da poesia afro-brasileira contemporânea no sentido do preenchimento simbólico do território:

Trançar teus cabelos negra, é
Recordar canções
Ardentes dos dias de sol e das frias
Noites dos tempos. Tran
çar teus cabelos tal qual
As cordas, as correntes e os açoites, é
Sentir nas mãos o acalanto do vento.

É traçar as linhas

do mapa de uma nação.
É escrever em tua cabeça
uma negra canção(CELINHA, 1994, p.54).

Muito fica a ser dito, no âmbito do tempo-espço que nos ocupa. O próprio poema acima o sugere na medida em que, favorecendo uma certa atemporalidade, não circunscreve o seu alcance a uma época ou espaço delimitado. Não é à toa que, no poema, todos os verbos estão no modo infinitivo.

Em paralelo ao poema de Solano Trindade que comentamos anteriormente, os versos de Celinha efetuam a passagem da África ao Brasil, remontando a muito longe na “noite dos tempos” – sob “cordas, correntes e açoites”. Mas agora, e diferentemente da trajetória poeticamente recriada por Solano Trindade, o poema evoca um percurso em que a escravidão, embora devidamente assinalada em toda a sua violência, tem o seu poder neutralizado pelo “acalanto do vento” que traça um desenho do porvir num vasto território geográfico identificável como aquele que historiadores chamam de Afro-América. A referência indireta, porém palpável, à passagem marítima e à escravidão serve de baliza. As mãos, no ato de trançar os cabelos, manifestam o poder criativo e construtivo de trançar/traçar o “mapa de uma nação” que se quer presente e futura.

Considerações Finais

Neste trabalho, sempre tendo em mente a dupla questão africanidade e território, pretendi mostrar algumas das trilhas discursivas da ocupação simbólica do território brasileiro. Remontei aos começos da narração colonial, tanto em sua vertente idílica quanto na utilitária, assim como à junção entre ambas. Recorri, para tanto, à apropriação poética e crítica desse discurso através da arte irreverente do modernista Oswald de Andrade. Recorri, também, ao discurso literário oitocentista, quer retomando e avalizando a imposição colonial da Fé e do Império, caso de Castro Alves; quer abalizado pelo conhecimento histórico e pela oratória a serviço do abolicionismo, caso de Joaquim Nabuco; quer apoiado nos mitos de fundação, caso de José de Alencar.

Através de três exemplos poéticos do cânone afro-brasileiro do século XX e da atualidade, respectivamente Solano Trindade, Jamu Minka e Celinha, procurei mostrar a

quebra dos padrões eurocêntricos iniciada no modernismo e a cada dia mais atuante nas manifestações discursivas contemporâneas, tanto na vertente literária quanto no discurso das ciências sociais (lembro, a respeito, o brilhante trabalho do sociólogo afro-brasileiro Clóvis Moura).

O preenchimento dos territórios que habitamos se expressa por um imaginário em que as noções de territorialidade são sempre alimentadas pelo simbólico e pelo geográfico – e em que o simbólico e o geográfico reciprocamente se nutrem das noções vigentes sobre a territorialidade.

Na modéstia de sua realização, esta proposta tenta estabelecer uma cartografia do imaginário, esperando fornecer subsídios para dar continuidade à reflexão encetada. Sobre tudo no que diz respeito à presença, ou à (paradoxalmente eloquente) ausência; à voz, ou ao silenciamento do afro-brasileiro e da africanidade, no preenchimento do nosso território geográfico e simbólico.

A exemplo do último poema citado acima persisto neste empenho, consciente da pertinência de se desenhar, ler e refletir sobre mapas.

Referências

ALENCAR, José de. **O guarany**. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, s/d.

ALENCAR, José de. **Como e porquê sou romancista**. In GOMES, Heloisa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual editora, 1988.

ALVES, Antonio Castro. “Jesuítas”. In **A presença de Anchieta na poesia**, org. Waldemar Tavares. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, s/d.

ANDRADE, Oswald de. “Frei Vicente do Salvador”. In **Obras completas – 7: Poesias reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ MEC, 1972.

ANDRADE, Oswald de. “Gandavo”. Id, p.20.

CARRIZO, Silvana e NORONHA, Jovita. “Apresentação”. In **Relações literárias interamericanas: Território e cultura**. orgs. Silvana Carrizo e Jovita Noronha. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

CELINHA. “Cantiga”. In **Enfim... nós / Finally...us / Escritoras negras brasileiras contemporâneas / Contemporary Black Brazilian women writers**. eds. Miriam Aparecida Alves & Carolyn Richardson Durham. Colorado Springs: Three Continents Press, 1994.

GOMES, Heloisa Toller. **A inscrição anti-mítica da poesia afrobrasileira: Cenários, origens, relações raciais**. In **Olhares críticos: Estudos de literatura e cultura**. orgs. Graciela Ravelli e Marli Fantini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/ projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINKA, Jamu. “Cristóvão-Quilombos”. In **Literatura e afrodescendência no Brasil: Antologia crítica**. vol.2: **Consolidação**. org. Eduardo de Assis Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1977.

SANTOS, Milton. **Encontros: Milton Santos**. org. M. Angela Faggin Pereira Leite. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

STEIN, Stanley J. **Vassouras, a Brazilian coffee county 1850-1890: The roles of planter and slave in a changing plantation society**. New York: Atheneum, 1976. (traduzi a passagem).

TRINDADE, Solano. “Sou negro”. In **Negro brasileiro negro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. org. Joel Rufino dos Santos. Ministério da Cultura/IPHAN, n.25/1997.

Recebido em: 01/10/2012. Aceito em: 26/10/2012.